

O ESTADO EM GRASCI E HAYEK: REFLEXÕES PARA PENSAR A GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR.

Ana Paula de Souza Cunha.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte- Paulinha_souza08@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir o conceito de Estado em dois autores: Antônio Gramsci e Hayek. Objetivamos apresentar a visão teórica dos autores e as relações com o objeto de estudo: Gestão democrática com ênfase no conselho escolar. A pesquisa em nível de mestrado encontra-se em fase inicial, e, portanto restrita aos estudos de natureza bibliográfica. Tomamos o Materialismo Histórico e Dialético como método da pesquisa, uma vez que este fornece elementos que proporcionam uma abordagem dinâmica da realidade. Os Conselhos Escolares são pensados como instrumento de gestão que envolve possibilidades de construção de autonomia da instituição escolar em processos de construção colaborativa. Concluímos parcialmente que é necessário um estudo acerca das concepções de Estado, pois, contribui para situar o processo de Gestão na perspectiva democrática e a atuação do conselho escolar como um colegiado basilar para a concretização da democracia participativa no contexto da escola pública.

Palavras-chave: Estado, Concepções, Gestão democrática.

Introdução

A concepção moderna de Estado pressupõe uma longa trajetória histórica que coincide com a desagregação da ordem feudal e consolidação do sistema capitalista oriundo da dupla revolução industrial americana e francesa. Fatores como industrialização, urbanização, transformação da atividade artesanal em manufatura e êxodo rural, contribuem para fomentar o surgimento de teorias de estado capazes de explicar estas mudanças provocadas pela então nascente sociedade capitalista.

Na Tentativa de compreensão destas situações sociais radicalmente novas, um conjunto de conceitos, de técnicas e de métodos de investigação é produzido para explicar a vida política, econômica e cultural em sociedade. Compreendemos de modo geral que o Estado é uma organização política e histórica formado por seres humanos, a trajetória das concepções de estado, é construída mediante uma série de conflitos e guerras que perpassam a história e os interesses da humanidade.

Por esta razão, iremos observar ao longo desta produção que as concepções de estado não se apresentam de forma estática e igual, essas teorias em constante movimento e mudanças, representam diferentes maneiras de se pensar e entender o estado a partir dos autores e de seu tempo. Para assim, chegarmos às formas de organização política do estado neoliberal. Assumimos o Materialismo Histórico e Dialético como método da pesquisa, uma vez que este fornece elementos que proporcionam uma abordagem dinâmica da realidade.

Reforçamos a relevância destas discussões para a compreensão do papel do Estado e a Gestão democrática enquanto um princípio Constitucional. Alguns documentos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LEI (9.394/96) propõem autonomia escolar contemplada nos seus aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros relacionados à gestão escolar democrática.

2.0 Sobre a teoria de estado em Gramsci.

A Revolução Francesa foi um grande marco histórico, o lema Igualdade, Liberdade e Fraternidade advinda dos ideais iluministas, se espalhou por todo o mundo, contribuindo para a queda dos regimes absolutistas e acendendo os valores da burguesia mercantil, que não se sentiam privilegiados em relação ao regime absolutista monárquico. Este cenário configurou o enfretamento direto do terceiro estado formado pela burguesia, camponeses e sans culottes aos privilégios até então, restritos a nobreza.

Revoluções burguesas, como a do século XVIII, avançam impetuosamente de êxito em êxito, os seus efeitos dramáticos atropelam-se, os homens e as coisas parecem iluminados por fogos de artifício, o êxtase e o espírito de cada dia: mas estas revoluções tem vida curta, chegam rapidamente ao seu apogeu [...]. (MARX, 1885, p.3)

As crises sociais e econômicas do século XVIII, agravadas pelas guerras, bem como, pela a degradação do modo de produção feudal, delineia o fortalecimento do capitalismo. A burguesia aliada às revoluções assume o aparato estatal e aperfeiçoam a opressão de classe. [...] “A França demoliu o feudalismo na grande revolução e fundou a dominação pura da burguesia sob uma forma clássica como nenhum outro país da Europa. Também a luta do proletariado cada vez mais vigoroso contra a burguesia [...]”. (Prefácio de Friedrich Engels á terceira Edição Alemã [1885].

Em análise das revoluções e da situação de dominação burguesa, Marx evoca a relação entre o estado e as classes sociais na sua visão instituídas enquanto burguesia e proletariado. Para Karl Marx, a sociedade é de classes e o Estado capitalista é da burguesia que recorre ao estado nacional, com o objetivo de dominação popular das massas.

Assim, pode-se compreender que na visão marxista o estado superestrutural é condicionado pela infraestrutura econômica, e funciona como meio de repressão da burguesia. O modo de produção material pela divisão social do trabalho, condiciona as relações sociais entre a burguesia detentora dos meios de produção e a classe proletária, submetida as condições de dominação e alienação. “A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada” [...] (MARX, 2008, p. 264).

Na linha marxista, Gramsci amplia a teoria marxista de Estado, pois percebeu que as relações de dominação de diferentes grupos hegemônicas se encontram exterior as organizações econômicas fabris. Gramsci concebe que as relações econômicas são determinadas pela dominação ideológica da superestrutura formada pelas instituições de cultura como: escolas, igrejas e partidos políticos que difundem o pensamento hegemônico em reposta aos seus interesses enquanto classe social. Por esta razão, preconiza a necessidade de uma reforma cultural da superestrutura, como meio de romper com as desigualdades sociais e econômicas de classe.

Dessa maneira, concebe o estado como a união de forças existente que aliada ao sistema de produção capitalista prima pela figura do intelectual orgânico dominante. Mediante esta observação, aponta para a necessidade de montar o intelectual orgânico da classe trabalhadora. A reforma intelectual, cultural e moral deveriam constituir a estrutura do trabalho e emancipar culturalmente as camadas “baixas” da sociedade.

Sua participação nos conselhos de fábrica, bem como, no Partido Comunista Italiano (PCI), possibilitou observar o fracasso do movimento operário revolucionário e conceber que a classe dominante exerce e mantém seu poder predominantemente por meio de hegemonia institucional ideológica. A formação da consciência crítica é a via para a emancipação das formas de dominação capitalista. A Revolução Russa de 1917 foi o norte para a formulação do pensamento de Gramsci nas primeiras décadas do século XX na Itália.

Enquanto Marx identifica a estrutura material da sociedade na base da infraestrutura econômica, e o estado como força repressiva desta sociedade. Gramsci aponta que a estrutura material da sociedade civil pertence à superestrutura, ou seja, não é suficiente que ocorra mudanças apenas na estrutura econômica, mas, também na

estrutura das relações de desigualdade e dominação dada à hegemonia consolidada nas instituições de cultura já citadas anteriormente.

Hegemonia político cultural. É ainda possível, no mundo moderno, a hegemonia cultural de uma nação sobre outras? Ou o mundo já está de tal modo unificado em sua estrutura econômico- social que um país, mesmo podendo ter “cronologicamente” a iniciativa de uma inovação, não pode, porém conservar o monopólio político dela e, portanto, servir-se de monopólio como base de hegemonia? [...] (GRAMSCI, p. 76)

A classe dominante não mantém o poder principalmente por intermédio do consenso ideológico hegemônico de diferentes grupos e interesses em disputa no Estado. Portanto, a teoria de Estado ampliado em Gramsci deve promover a consciência política da sociedade civil, a fim de romper com as ações de dominação de uma classe sobre outra. Uma gestão verdadeiramente democrática, requer a participação de todos os membros da comunidade. A Gestão sob a ótica de Gramsci implica uma forma de democracia, em que todos os intelectuais orgânicos participem efetivamente dos processos de decisões coletivas.

2.1 Neoliberalismos e Estado Mínimo.

Na Tentativa de recuperar os pressupostos do liberalismo econômico clássico, o neoliberalismo nasceu no contexto de Pós Segunda Guerra Mundial. A concepção neoliberal “Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado Intervencionista de bem estar social”. (ANDERSON, p. 9). Na obra o “Caminho da Servidão”, escrita em 1944, Hayek faz um “ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do estado, denunciadas como uma ameaça letal a liberdade, não somente econômica, mas também política.” (ANDERSON, p. 1).

[...] Em 1947, enquanto as bases do Estado de Bem Estar Social na Europa do pós Guerra efetivamente se construíam, não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste momento Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação Ideológica [...] Entre os celebres participantes estavam tão somente adversários firmes do Estado de bem Estar Social europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. (ANDERSON, p. 9)

A favor da ideia de estado mínimo, Hayek defende a manutenção da livre concorrência do mercado. É enfático ao dizer que: “Apesar de suas boas intenções a social - democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o Nazismo Alemão- uma servidão moderna” (ANDERSON, p. 9). [...] O neoliberalismo havia começado

tomando a social democracia como sua inimiga central. [...] (ANDERSON, p. 14).

Em primeiro lugar, é necessário que os agentes, no mercado, tenham liberdade para vender e comprar a qualquer preço que encontre um interessado na transação, e que todos sejam livres para produzir, vender e comprar qualquer coisa que seja vendida [...] qualquer tentativa de controlar os preços ou as quantidades desta ou daquela mercadoria impede que a concorrência promova uma efetiva coordenação de esforços individuais[...] (HAYEK, 1990)

Mediante questionamento do controle econômico pelo governo, Hayek, atribui a concepção de que este planejamento econômico centralizado no estado é totalitário, pois interfere e controla diretamente a economia e a vida dos indivíduos. Centrado no retorno ao individualismo, descreve os regimes coletivistas como totalitários e invasivos. [...] “Fascismo e Comunismo são meras variantes do mesmo totalitarismo [...] reconhece-se amplamente, agora, até mesmo que o socialismo democrático é algo muito precário e instável”[...] (HAYEK, 1990)

Dessa forma, “O que nossos planejadores exigem é um controle centralizado de toda atividade econômica de acordo com um plano único.” (HAYEK, 1990). O planejamento centrado no Estado não dar conta de atender aos interesses individuais de cada um, em sentido restrito, baseia-se na suposição de que a concorrência de livre mercado configura a melhor maneira de orientar os esforços individuais.

Hayek se opõe a intervenção do Estado e enfatiza que o gerenciamento da sociedade por um único órgão central levaria ao desmoronamento do mercado, o sistema econômico é complexo demais para se restringir a um único planejador. “O poder do planejador sobre nossa vida privada seria total, mesmo se ele resolvesse não exercê-lo mediante o controle direto do consumo”. (HAYEK, 1990).

A fim de justificar sua posição contrária ao planejamento central, ele enfatiza que a maioria dos que se dizem favoráveis ao planejamento central prometem que na economia planificada a liberdade de escolha será mantida e preservada, no entanto, esta promessa não é possível de realizar. Pois, “Para planejar, terão de controlar o ingresso nas diferentes profissões e ocupações, ou o valor da remuneração, ou ambas as coisas” (HAYEK, 1990)

O método que por excelência corresponde a visão Hayek é a livre concorrência individual, este de fato, na sua visão, propicia a liberdade de escolha. Fica evidente, o forte combate ao Keynesianismo onde os governos poderiam com êxito administrar a economia. Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de Bem Estar,

destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo- na realidade imprescindível em si- [...] (ANDERSON, p. 10).

Compreendemos que Hayek posiciona-se contra a forma intervenção do estado, para ele quanto maior for o planejamento econômico centralizado nas mãos do estado, menor a chance de atendimento aos interesses individuais de cada indivíduo. Pois, “A essência da posição liberal, pelo contrário, está na negação de todo privilégio, se este é entendido em, de direitos que o Estado concede e garante a alguns, e que não são acessíveis em iguais condições a outros” (HAYEK, 1990)

Portanto, segundo Hayek, o movimento coletivista é incapaz de oferecer uma alternativa que possa atender os interesses individuais de cada sujeito, por este motivo em seu sentido próprio e original, a concepção de Estado mínimo preconiza a não intervenção estatal, em favor da liberdade individual e da livre competição de mercado.

O advento das políticas neoliberais nos anos 90 no Brasil conduz a uma reflexão acerca da descentralização dos processos de gestão. O advento das estratégias neoliberais sinaliza para o desafio de compreender as contradições existentes entre as propostas de democratização versus as relações hierárquicas e desiguais no interior da instituição escolar.

Conclusão

Conforme estudamos as concepções de Estado evoluem, na medida em que novas e diferentes concepções de pensamento surgem refletidas no tempo histórico de cada teórico. Em Gramsci, analisamos a ampliação da concepção marxista de Estado, em face dos da hegemonia em um estado amplo, mas a dominação ideológica presente na sociedade civil. No que se refere a Hayek, discutimos a concepção neoliberal de intervenção mínima do estado na base das relações entre indivíduos e livre mercado, a necessidade de um estado forte apenas o estabelecimento de Leis e investimento em bens públicos. Portanto alcançamos a compreensão que o Estado é uma forma de organização política, cultural e histórica representativa de diferentes interesses, tensões e conflitos que refletem diretamente no processo de formação da Gestão escolar.

REFERÊNCIAS:

AFONSO, Almerindo Afonso. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação e Sociedade*. n. 75, ago. 2001.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 8. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2008.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96 de 20.12.1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 fev. 2017.

_____. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília/DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 11 fev. 2017.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília/DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 11 fev. 2017. Cap. 3 (Da Educação, Da Cultura e Do Desporto). Seção I (Da Educação).

COUTINHO, Carlos Nelson. Teoria “ampliada” do Estado. In: _____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ESPING-ANDERSEN. Gosta. As três economias políticas de Welfare State. *Lua Nova*, n. 24, set. 1991.

GERMANO, José Willington. Gramsci: igreja e intelectuais (acerca da formação do Estado burguês na Itália). *Educação em Questão*, n. 4, jan./dez. 1992.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932-1934) Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: _____. *Cadernos do Cárcere*. Vol 3. 5. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2012.

HAYEK, Friedrich August von. O caminho da servidão. 5. ed. Tradução Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.